

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA nº 06/2022

Declaramos, para os devidos fins, e a quem possa interessar, que a empresa **MAPDATA TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 66.582.784/0001-11, sediada na Avenida Geraldo Globbo, 278 – Bairro Boa Vista Americanas/SP, cujo o objeto foi a Contratação de Aquisição de Licenças de Uso de Softwares, para melhorias no ambiente da rede computacional, referente ao contrato de nº 15/2020, conforme quantidades e valores especificados abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 1					
01	Software - Autodesk Architecture Engineering & Construction on Collection – SINGLE USER. Especificações de acordo com o Termo de Referência.	un	84	R\$ 34.662,05	R\$2.911.612,20
02	Software - Autodesk Architecture Engineering & Construction on Collection – MULTI USER. Especificações de acordo com o Termo de Referência.	un	10	R\$ 50.793,00	R\$507.930,00
03	Software – Autodesk BIM 360 Docs – Packs 100. Especificações de acordo com o Termo de Referência.	un	01	R\$ 155.865,00	R\$ 155.865,00
LOTE 2					
01	Software – Adobe Photoshop. Especificações de acordo com o Termo de Referência.	un	07	R\$6.380,00	R\$44.660,00
02	Software – Adobe Acrobat Pro. Especificações de acordo com o Termo de Referência.	un	19	R\$2.980,00	R\$56.620,00
03	Software – Adobe Creative Cloud All Aps. Especificações de acordo com o Termo de Referência.	un	10	R\$15.012,00	R\$150.120,00
LOTE 5					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SOMAR - AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ
DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Software – Core DRAW. Especificações de acordo com o Termo de Referência.	un	09	R\$3.760,00	R\$33.840,00
TOTAL					R\$3.860.647,20

Declaramos, ainda, que a referida Empresa prestou os serviços contratados de forma satisfatória, atendendo as necessidades da Administração, nada havendo em nossos arquivos que possa desabonar a sua conduta e de seus profissionais, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Maricá, 27 de junho de 2022



Paulo César Carpitano

Mat. 500.084

Diretor Operacional de Administração e Finanças



AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

CONTRATO N.º 15/2020

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS – SOMAR E MAPDATA - TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA.

A **AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ – SOMAR**, criada pela Lei Complementar nº 306, de 13 de dezembro de 2018, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Raul Alfredo de Andrade, S/N, Caxito, Usina de Asfalto, Maricá/RJ, CEP: 24910-530, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 32.356.680/0001-77, representada pelo Presidente, **RENATO DA COSTA MACHADO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 10965627 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF de nº 082.497.677-05, e a pessoa jurídica **MAPDATA - TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 66.582.784/0001-11, situada na Av. Geraldo Gobbo, 278, CEP: 13.477-410, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representado por **PAULO EDUARDO ONUCHIC**, portador do RG n.º 7.101.399-4 expedida pelo SSP-SP, e inscrito no CPF sob o n.º 092.764.978-03, resolvem celebrar a presente **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES**, conforme processo administrativo n.º 2121/2020, e especialmente o disposto na **Ata de Registro de Preços n.º 05/2020 (Processo Administrativo nº 25700/2019, através do Pregão Presencial nº 61/2019)**, aplicando-se ao contrato as normas gerais da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 306, de 13 de dezembro de 2018 e o Decreto Municipal nº 158/2018, suas alterações, demais alterações aplicáveis ao tema, bem como as cláusulas e condições seguintes:

ÍNDICE

CLÁUSULA	ASSUNTO
1ª	DO OBJETO
2ª	DO PRAZO
3ª	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
4ª	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5ª	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6ª	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7ª	DO FORNECIMENTO
8ª	DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
9ª	DA RESPONSABILIDADE
10ª	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11ª	DA GARANTIA
12ª	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13ª	DA EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO
14ª	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15ª	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16ª	DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA
17ª	DA RESCISÃO
18ª	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19ª	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20ª	DO FORO DE ELEIÇÃO

[Assinatura]

AFR



AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto presente **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES**, conforme processo administrativo n.º 2121/2020, e especialmente o disposto na **Ata de Registro de Preços n.º 05/2020 (Processo Administrativo nº 25700/2019, através do Pregão Presencial nº 61/2019)**, conforme o disposto no Termo de Referência, bem como segundo o discriminado a seguir:

LOTE 01					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Software- Autodesk Architecture Engineering & Constrution on Collection - SINGLE USER Especificações de acordo com o termo de referência	UNIDADE	84	R\$ 34.662,05	R\$ 2.911.612,20
02	Software- Autodesk Architecture Engineering & Constrution on Collection - MULTI USER - Especificações de acordo com o termo de referência.	UNIDADE	10	R\$ 50.793,00	R\$ 507.930,00
03	Software- Autodesk BIM 360 Docs - Packs 100 - Especificações de acordo com o termo de referência.	UNIDADE	01	R\$ 155.865,00	R\$ 155.865,00
LOTE 02					
01	Software-Adobe Photoshop- Especificações de acordo com o termo de referência	UNIDADE	07	R\$ 6.380,00	R\$ 44.660,00
02	Software-Adobe Acrobat Pro- Especificações de acordo com o termo de referência	UNIDADE	19	R\$ 2.980,00	R\$ 56.620,00
03	Software-Adobe Creative Cloud All Aps - Especificações de acordo com o termo de referência	UNIDADE	10	R\$ 15.012,00	R\$ 150.120,00
LOTE 05					
01	Software - Corel DRAW. Especificações de acordo com o termo de referência.	UNIDADE	09	R\$ 3.760,00	R\$ 33.840,00
VALOR GERAL					R\$ 3.860.647,20

ΔFR



AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato será de até **31/12/2020**, obedecido ao prazo estabelecido para as entregas, a contar da solicitação da Diretoria requisitante, conforme estabelecido no termo de Referência.

Parágrafo Primeiro. Os prazos poderão ser prorrogados nos termos permissivos do art. 57, §1º da lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo. O fato que gere a antecipação da entrega com o consequente esgotamento de saldo provocará a antecipação da presente avença.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA AUTARQUIA

Constituem obrigações da **AUTARQUIA**:

- a) Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato;
- c) Exercer a fiscalização do contrato;
- d) Receber provisoriamente e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Fornecer o objeto contratual, no prazo que consta do Edital/Termo de Referência, contados a partir da solicitação formal da **AUTARQUIA**, conforme Termo de Referência/Projeto básico e Edital utilizando-se das normas aplicáveis em face da legislação vigente e daquelas contidas neste Instrumento Contratual;
- b) Prestar, sem quaisquer ônus à Autarquia, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, as correções, substituições e revisões de falhas ou defeitos verificados na execução contratual, especialmente no caso de entrega de produto defeituoso ou inadequado;
- c) Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- d) Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, assim como os encargos fiscais e trabalhistas, nos termos do artigo 71 da Lei Federal n.º 8.666/93;
- e) Manter durante toda a execução do contrato às condições de habilitação e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas.
- f) Entregar os produtos considerando que não se tenha ultrapassado o seu prazo de validade, conforme disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e/ou no Edital.
- g) Atender todas as normas e legislações no que concerne à matéria;
- h) Atender a todas as obrigações decorrente do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

Dá-se a este contrato o valor global de **R\$ 3.860.647,20 (três milhões e oitocentos e sessenta mil e seiscentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)**, sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e §§ da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ΔFR



AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

Programa de Trabalho: 63.01.04.122.0001.2001

Elemento de Despesa: 3.4.4.9.0.40.00.00.00

Origem do Recurso: 206

Nota de Empenho: 141/2020.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro. Cumpre à **CONTRATADA** providenciar a realização do objeto contratual, nos prazos e em local previamente especificado pela respectiva Autarquia, conforme previsões no Edital, no Termo de Referência e no cronograma de Execução.

Parágrafo Segundo. A **CONTRATADA** empregará os bens e os recursos humanos necessários para a boa execução do objeto do presente instrumento.

Parágrafo Terceiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Edital de licitação e seus anexos, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

Parágrafo Quarto. As inclusões ou exclusões de material ou alteração de preços de materiais que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados sequencialmente e subscritos pelos representantes das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

O fornecimento do objeto será acompanhado e fiscalizado por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela AUTARQUIA, à qual compete:

- a) Fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) Notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- c) Suspender a execução, e conforme o caso, determinar a devolução do fornecimento considerado inadequado;
- d) Sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) Exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete ônus a AUTARQUIA.

Parágrafo Primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no *caput* desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo Segundo. A **CONTRATADA** facilitará por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização da AUTARQUIA, promovendo o fácil acesso às dependências da

APR



AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

CONTRATADA, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo Terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo Quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto. A instituição e a atuação da fiscalização da AUTARQUIA não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto. Os membros da comissão prevista no *caput* desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo Oitavo. O objeto do contrato será recebido pelo fornecimento realizado, observado a seguinte forma:

- a) Provisoriamente, que se dará em até **15 (quinze) dias** após o fornecimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, decorrido o prazo de até **15 (quinze) dias** da emissão do Aceite Provisório.

Parágrafo Nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à AUTARQUIA ou a terceiros, não excluídos ou reduzidos essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A AUTARQUIA fará o pagamento dos produtos fornecidos por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, depois de atestada a entrega pelo representante da AUTARQUIA.

ΔFR



AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

Parágrafo Primeiro. O valor devido será confirmado pelo registro dos bens entregues, executados no período, que deverá se realizar por meio de servidores indicados pela AUTARQUIA, após a conclusão da etapa, considerando os preços unitários.

Parágrafo Segundo. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos serviços efetivamente registrados se inferior ao previsto no cronograma de desembolso para a respectiva etapa.

Parágrafo Terceiro. Caso o valor dos bens efetivamente entregues seja superior ao previsto no cronograma físico-financeiro, será devido o valor indicado no cronograma, ficando a diferença para ser paga no momento previsto no cronograma facultado à AUTARQUIA, conforme sua possibilidade e conveniência, realizar de imediato o pagamento integral correspondente à efetiva execução medida no período.

Parágrafo Quarto. Não serão considerados quaisquer bens entregues que não estejam discriminados na planilha de quantitativos e custos unitários.

Parágrafo Quinto. O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo Sexto. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a conta da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da AUTARQUIA, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida. O pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Presidente da Autarquia, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da CONTRATADA dirigido ao Gabinete do Presidente. Caso a AUTARQUIA antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado a importância devida 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A SOMAR, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco por cento) do valor total máximo do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da CONTRATADA a impossibilidade de opor perante a AUTARQUIA a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal n.º 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser



AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do Contrato, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor correspondente ao total do contrato, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos;
- c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º 10.520/02.

Parágrafo Primeiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva da AUTARQUIA, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Segundo. A sanção prevista nas alíneas b, c e d do caput desta cláusula poderá ser aplicada cumulativa a qualquer outra.

Parágrafo Terceiro. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Quarto. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula compete ao Sr. Presidente.

Parágrafo Quinto. O prazo de suspensão ou declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Sexto. Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela

ΔFA



AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

Contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da AUTARQUIA.

Parágrafo Único. Caso A AUTARQUIA tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal débito, da pena convencional de 10 % (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 01% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20 % (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da AUTARQUIA e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo único. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por:

- A) Ato unilateral da AUTARQUIA, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93;
- B) Por acordo entre as partes, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93;
- C) Por decisão judicial, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo primeiro. Constituem motivos para a rescisão do contrato os termos estabelecidos nos artigos 77 a 80 da lei n.º 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação da AUTARQUIA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial da AUTARQUIA, correndo os encargos por conta da AUTARQUIA.

Parágrafo Primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo Segundo. A AUTARQUIA encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ), para conhecimento, após assinatura das partes.

DFR



AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ
DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Maricá, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Maricá, 30 de janeiro de 2020.

Pela SOMAR:

Pela CONTRATADA:

AUGUSTO FELICIO DE OLIVEIRA RODRIGUES